CRISE DO OXIGÊNIO EM MANAUS

Juíza determinou ao Estado o pagamento de R$ 1,4 milhão a órfãos de mulher morta por covid e afirmou que houve omissão dos governos. Colapso do sistema de saúde na capital do Amazonas completa três anos em janeiro com lacunas e impunidade

Família de vítima terá indenização milionária

» ISABEL DOURADO*

A Justiça Federal do Amazonas decidiu que os familiares de uma mulher morta durante a pandemia da covid-19 em janeiro de 2021, no ápice da crise no fornecimento de oxigênio em Manaus, devem ser indenizados em R$ 1,4 milhão. De acordo com a sentença, o valor deverá ser pago pela União, pelo governo do Amazonas e pela prefeitura de Manaus. Cabe recurso contra a decisão.

O montante deve ser dividido entre o viúvo e os seis filhos da vítima. Leoneth Cavalcante de Santiago, então com 61 anos, deu entrada na Unidade de Pronto Atendimento do Hospital Platão Araújo com sintomas graves de covid. O quadro evoluiu para desconforto respiratório e ela precisaria ser internada em uma UTI para receber oxigênio, mas não havia vagas disponíveis.

Os parentes de Leoneth moveram uma ação contra o governo do Amazonas pleiteando a transferência da paciente para um leito intensivo, obtendo decisão favorável em caso de urgência 10 dias após a internação, em 14 de janeiro. Não foi suficiente. Ela morreu menos de 24 horas depois.

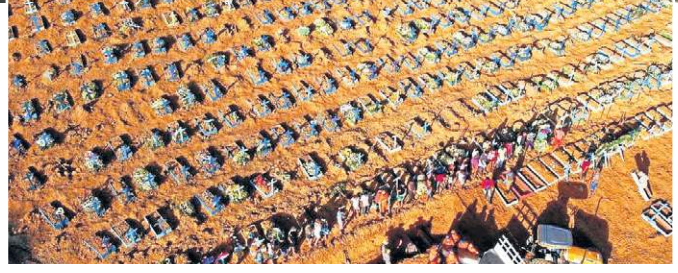
> **A perda de um ente querido em razão da omissão dos réus em abastecer adequadamente suas unidades de saúde com oxigênio medicinal e também com leitos de UTI suficientes é incomensurável"**
>
> ***Jaiza Maria Pinto Fraxe,*** *juíza*

A defesa da família de Leoneth argumentou que é "obrigação do Estado fornecer todas as ações e serviços indispensáveis à assistência à saúde para preservar a vida, o que não ocorreu no caso, havendo conduta omissiva dos requeridos, que assumiram o risco de eventual morte da paciente pela falta de oxigênio medicinal". Os familiares solicitaram o pagamento de indenização e a responsabilização dos governos federal, estadual e municipal pela morte de Leoneth.

Na decisão, publicada em 18 de dezembro deste ano, a juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara Cível do Amazonas, sustenta que cabia aos réus "suprir os leitos de UTI necessários para fazer frente ao já esperado agravamento da pandemia".

Marcio James/AFP

Michael Dantas/AFP



Rotina de fila e revezamento de cilindros na capital do Amazonas. Ao lado, valas coletivas de vítimas da covid

"O dano sofrido pelos autores é claro, profundo e salta aos olhos, já que a perda de um ente querido em razão da omissão dos réus em abastecer adequadamente suas unidades de saúde com oxigênio medicinal e também com leitos de UTI suficientes é incomensurável, ainda mais se tratando de mãe e esposa", escreveu a magistrada na decisão.

"O desespero, a dor, a tristeza e a revolta experimentados pelo marido e pelos filhos ao saberem que sua esposa e mãe perdeu a vida asfixiada por falta de oxigênio e sem receber o atendimento necessário para salvar sua vida é evidente e refoge ao simples dissabor do dia a dia", completou.

Superlotação

Em janeiro de 2021, Manaus enfrentava uma crise sem precedentes no sistema de saúde: sem oxigênio nos hospitais públicos e privados e com uma superlotação das unidades de saúde. O Amazonas foi o primeiro estado a sofrer os impactos da segunda onda da covid-19, registrada entre janeiro e fevereiro daquele ano.

Familiares de pessoas internadas passaram a comprar os cilindros e levar por conta própria aos hospitais às pressas. O consumo médio de oxigênio por dia, que era de 14 mil metros cúbicos, cresceu de forma abrupta e chegou a uma média de 76,5 mil metros cúbicos. A capacidade de produção das empresas fornecedoras de oxigênio era de apenas 28,2 mil metros cúbicos à época.

A White Martins, empresa responsável pelo fornecimento de oxigênio ao governo do Amazonas, havia informado três dias antes de estourar a crise que a demanda estava acima do que vinha sendo registrado ao longo da pandemia.

De acordo com Ministério Público, pelo menos 31 pessoas morreram por conta da falta de oxigênio, apenas em Manaus, nos dias 14 e 15 de janeiro de 2021, e mais de 60 pessoas morreram em todo o estado durante a crise.

O caso foi abordado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, do Senado, que ouviu o ministro da Saúde à época, Eduardo Pazuello. Ele, assim como o ex-presidente Jair Bolsonaro, sempre negou responsabilidade no caso.

***Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro**

AMAZÔNIA

Desmatamento tem maior queda do ano

No mês de novembro, o bioma da Amazônia registrou a maior queda na taxa de desmatamento de todo o ano. O levantamento é do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), consolidado a partir do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), ferramenta baseada em imagens de satélites, desenvolvida pelo Imazon em 2008 e que reporta mensalmente o ritmo da degradação florestal e do desmatamento na região.

A pesquisa mostrou que a perda de vegetação foi de 116 km², 80% a menos do que a área calculada em 2022, quando o desmate somou 590 km². Com isso, o acumulado de janeiro a novembro fechou com redução de 62%, passando de 10.286 km² em 2022 para 3.922 km² em 2023. O valor representa a menor derrubada para o período desde 2017.

O desmatamento detectado em novembro de 2023 compreendeu Pará (32%), Roraima (16%), Mato Grosso (15%), Amazonas (12%), Acre (9%), Maranhão (8%), Rondônia (6%) e Tocantins (2%). E a devastação ainda representa 1,2 mil campos de futebol por dia. Segundo o Imazon, para que a Amazônia chegue a 2030 com desmatamento zero é necessário que essa taxa seja reduzida nos próximos anos.

Os campeões de desmatamento foram Pará, Amazonas e Mato Grosso. Apesar de terem registrado quedas significativas no desmate, os três estados respondem por 74% da área devastada. Rondônia, Acre e Maranhão mostraram uma redução na derrubada. Na outra ponta, foi detectado aumento em Amapá (240%), Tocantins (33%), e Roraima (27%).

Carlos Souza Jr., pesquisador do Imazon, lembrou da recente Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP28, em que as sociedades científica e civil pressionaram por maior redução das emissões para frear o aquecimento global e os eventos climáticos extremos relacionados. "No Brasil, isso significa prioritariamente acabar com o desmatamento na Amazônia, que foi responsável pela maior parte das emissões do país no ano passado", aponta.

O levantamento do Imazon revela que, em novembro de 2023, 65% do desmatamento ocorreu em áreas privadas, 26% em áreas de assentamento, 8% em unidades de conservação (UCs) e 1% em terras indígenas.

Degradação

Em novembro, pelo segundo mês consecutivo, a degradação florestal teve aumento na Amazônia, passando de 739 km², em 2022, para 1.566 km². Uma alta de 112% de um ano para o outro. O Pará foi o estado mais afetado pela degradação e concentrou 70% do dano ambiental, seguido por Maranhão (12%), Amazonas (8%), Mato Grosso (6%) e Rondônia (4%). Também houve aumento na degradação em fevereiro, março, maio e outubro.

De janeiro a novembro, a degradação também diminuiu. O dano ambiental passou de 9.127 km², em 2022, para 5.042 km², em 2023, uma queda de 45%. Nesse caso, a redução foi menor do que a taxa de desmatamento. "Principalmente por causa das queimadas em estados como Amazonas e Pará, cuja fumaça chegou a afetar cidades como Manaus e Santarém", afirma Larissa Amorim, também pesquisadora do Imazon. (**ID***)

ALEXANDRE GARCIA

CHEGANDO AO FIM DE ANO COMO AGORA, VEM A PREMÊNCIA DE PERGUNTAR, SE NOSSOS REPRESENTANTES, NOSSOS MANDATÁRIOS, ESTÃO TRABALHANDO "COM O POVO, PELO POVO E PARA O POVO" — OU PREFEREM TRABALHAR COM O ESTADO, PELO ESTADO, PARA O ESTADO?

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Perguntas de fim de ano

Como se sabe, Estado é a nação organizada. Antecedendo ao Estado, a nação somos nós, brasileiros; o Estado são os governos que nomeamos em nosso nome e sustentamos com nossos impostos, para prestarem os serviços básicos de justiça, educação, saúde, segurança e saneamento. Escolhemos representantes pelos quais exercemos nosso poder, de origem numa democracia. Chegando ao fim de ano como agora, vem a premência de perguntar, se nossos representantes, nossos mandatários, estão trabalhando "com o povo, pelo povo e para o povo" — ou preferem trabalhar com o Estado, pelo Estado, para o Estado? Seria proveitoso se deputados, senadores e vereadores se perguntassem, em exame de consciência de fim de ano, com quem, para quem e por quem estão trabalhando.

Pensei nisso quando vi a destinação de R$ 4,9 bilhões de impostos para o fundo partidário no ano das eleições municipais. A verba anterior era de 900 milhões. Por que o meu imposto tem que ir para partidos com os quais não concordo? Por que os partidos não são sustentados apenas por seus filiados? É um dinheiro gasto sem retorno. Num país em que metade da população não tem esgoto e as crianças com doenças causadas por isso ficam sem desenvolvimento do cérebro, alguém pensa nas consequências de imposto mal aplicado? Pensam na nação com QI bem abaixo da média? Pensam no futuro — ou na próxima eleição?

Também pensei se o Estado respeita a nação quando, nesses dias, o Conselho Nacional de Política Energética decidiu adicionar mais óleo vegetal ou animal no diesel, a partir de março. Não perguntou para a nação que usa diesel no agro e nas estradas se concorda ou não. Assim como não perguntaram aos proprietários de motores a gasolina se poderiam adicionar 27% de álcool hidratado. Como todos sabemos, essas adições, que eu chamo de adulterações, entopem o sistema de injeção dos motores, criando borra e, no caso do álcool hidratado, também provocam ferrugem.

Pensei nisso também quando vi uma deputada estadual do Rio de Janeiro ser conhecida como "madrinha" da milícia da Zona Oeste. E sabemos que ela é apenas a ponta de um iceberg. Que grupos econômicos ou criminosos são os verdadeiros mandantes? Mandatários eleitos estão a serviço da nação, ou há interesses superiores aos da nação? Quando a Constituição e o devido processo legal são desprezados e o Senado cala, onde está o juramento de defender a Constituição? O congressista que não zela pela preservação de sua competência legislativa merece ser reeleito? São perguntas dessa época de balanço.

Passamos o ano constatando como o Estado, com seus agentes eleitos ou não, vai se distanciando de seu povo e agindo como se ele, Estado, é que fosse o senhor. Aí, deixa de ser democracia, em que manda é quem está operando o Estado e não a nação. A passividade da nação contribui para isso, por falta de saber como deve funcionar a democracia. O ensino é fraco, porque o conhecimento liberta. Os que ingressam na casta pública criam seus privilégios e se tornam mais iguais que os outros. Esses outros são eleitores, pagadores de impostos e objetos do lindo parágrafo único do primeiro artigo da Constituição que estabelece que "todo poder emana do povo". Democracia é quando o Estado teme o povo — e não o inverso.